



## **ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs) DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT)**

Cleyton Feitosa Pereira<sup>1</sup>

Ana Maria Tavares Duarte<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo em questão pretende realizar um estudo e análise sobre as Organizações Não-Governamentais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e seu papel na garantia de direitos não efetivados e/ou violados. Para tanto, debruçamo-nos sobre reflexões teóricas de autores/as que estudam a temática aqui tratada: Facchini (2005, 2009), Cabral (2007), Medeiros (2010) e Gonh (2010). As reflexões apontam para a complexidade formada pelo conjunto de organismos que compõem o chamado Terceiro Setor, acentuando-se quando se trata de ONGs LGBTs.

**Palavras-chave:** ONG, LGBT, Cidadania.

### **INTRODUÇÃO**

Neste artigo, objetivamos realizar uma discussão sobre o protagonismo da sociedade civil organizada e do trabalho em Organizações Não Governamentais (ONG) no Brasil, denominada terceiro setor (sendo o primeiro e segundo setores o Estado e o mercado privado) com foco na população de lésbicas, gay, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Inicialmente conceituando ou definindo ONG, destacamos a definição de Medeiros (2010) que aponta para o terceiro setor afirmando que ele “é composto por vários tipos de organizações privadas sem fins lucrativos e com objetivos sociais: associações, fundações, institutos, sindicatos, cooperativas, igrejas e ONGs” (MEDEIROS, 2010, p. 54). Resende discorre na mesma direção quando sinaliza que o terceiro setor

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA). E-mail: cleyton\_feitosa@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora adjunta I da Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste. Coordenadora do grupo de pesquisa “Educação, Inclusão Social e Direitos Humanos” da UFPE/CNPq. E-mail: familliaduarte@hotmail.com.

É aquele que congrega as organizações que, embora prestem serviços públicos, produzam e comercializem bens e serviços, não são estatais, nem visam lucro financeiro com o empreendimento efetivados, estando incluídas aqui, portanto, as associações, sociedades sem fins lucrativos e fundações.

Apesar do sentido ser o mesmo para os termos terceiro setor ou ONG, a última denominação tem sido mais vinculada às organizações que tenham suas finalidades direcionadas a questões que atingem mais genericamente à coletividade (meio ambiente, doenças infecto-contagiosas, etc.) (RESENDE, 2011, p. 1)

A partir das definições de Medeiros e Resende percebemos o caráter voluntariado praticado pela sociedade civil, o que pode ser considerado louvável e significativo na nossa sociedade imersa no sistema econômico capitalista, tendo o lucro ou o acúmulo de capital como objetivo primordial. No entanto, é válido observar que o conjunto de ONGs, associações, fundações, grupos, sindicatos, cooperativos, o terceiro setor, enfim, não funciona de maneira linear e harmônica, como nos chama atenção a pesquisadora da UNICAMP Maria da Glória Gohn.

O terceiro setor é um tipo de ‘Frankenstein’: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras. Abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica de mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania (...) O novo associativismo do terceiro setor tem estabelecido relações contraditórias com o ‘antigo’ associativismo advindo dos movimentos sociais populares (na maioria urbanos) dos anos 70 e 80. (2000, p. 60, 74).

De fato, o terceiro setor constitui um campo complexo, tenso e múltiplo nas quais estão imbricadas ideologias, práticas, organizações, interesses, disputas, contextos, etc. Do mesmo modo, Cabral reflete:

Em decorrência da localização estrutural do TS<sup>3</sup> como dimensão da sociedade civil, espaço público natural das tensões sociais, o TS pode assumir a expressão de lógicas diversas, mantendo-se aberto para abrigar grupos e iniciativas voluntárias, movimentos sociais, manifestações informais de finalidades públicas diversas, desenvolvimentos de tradições de auto-organizações, ao lado de organizações mais formais e elaboradas. Isso dificulta o estabelecimento de um consenso estrito sobre suas responsabilidades que alije a pluralidade imanente em sua origem como dimensão tensionada da sociedade civil (CABRAL, 2007, p. 87).

Reconhecemos também que a tensão e as divergências são naturais no processo democrático de funcionamento da sociedade. De modo conflitivo, iniciativas coletivas surgem subvertendo lógicas opressoras e normativas, revertendo os quadros de relações sociais. Neste sentido, o terceiro setor se constitui como campo proativo para o exercício da cidadania e da construção coletiva de iniciativas cidadãs.

### **TERCEIRO SETOR E ONGs NO BRASIL: BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA**

Entendendo que o desenvolvimento social, político, econômico e cultural do nosso país é meio para garantir as liberdades individuais e coletivas dos cidadãos e cidadãs (SEN, 2000) as ONGs, no Brasil, são resultado das lutas dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80 que ganharam força e expressão devido à forte opressão do regime militar que pairou pelas nossas terras entre 1964 a 1985.

Em 1988, com a nova constituinte e a conquista da (re)democracia, o Brasil vivencia um novo tempo político onde a repressão estatal já não era como antes (embora ainda existisse e exista, característica de governos neoliberais) e os movimentos populares foram enfraquecendo seus gritos de revolta e passaram a constituir um corpo de entidades regularizadas formalmente e de caráter profissional. Essa diluição dos movimentos sociais pode ser analisada politicamente através da conjuntura democrática que se construiu no Brasil com a nova constituinte: igualdade plena entre homens e mulheres, defesa da dignidade humana e fortes penas ao crime de racismo foram pontos importantes, dentre outras questões, que a nova carta magna tratou. Nesse ínterim (por volta dos anos 90), ganharam expressividade os movimentos camponeses com destaque para o MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) que saía do limbo da estigmatização da AIDS da década de 80 e agora reivindicava novos direitos como o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de filhos.

---

<sup>3</sup> TS = Terceiro Setor

Nesse processo que foi se desenrolando e com a reforma do Estado brasileiro chamada de Reforma Gerencial, várias ONGs foram surgindo, podendo ser considerada a década de 90 como o período em que ocorreu o *boom* de criação de ONGs devido o fomento que o Estado brasileiro ofertou. Neste sentido a Reforma Gerencial pode ser considerada democrática, social-democrática e social-liberal conforme explica Bresser Pereira citado por Medeiros

A reforma é gerencial porque busca inspiração na administração das empresas privadas, e porque visa dar ao administrador público profissional condições efetivas de gerenciar com eficiência as agências públicas. É democrática porque pressupõe a existência de um regime democrático, porque deixa claro o caráter específico, político, da administração pública, e principalmente porque nela os mecanismos de controle, de caráter democrático, são essenciais para que possa haver delegação de autoridade e controle a posteriori dos resultados. É social-democrática porque afirma o papel do Estado de garantir os direitos sociais e lhe fornece os instrumentos gerenciais para fazê-lo, de forma não apenas mais democrática, mas, também, mais eficiente do que faria o setor privado. É social-liberal porque acredita no mercado como um ótimo, embora imperfeito, alocador de recursos; porque utiliza a estratégia da competição administrada em quase-mercados, para controlar as atividades sociais financiadas pelo Estado, por intermédio de entidades descentralizadas: as organizações públicas não-estatais; e porque, embora reafirmando o dever do estado de proteger os mais fracos – as crianças pobres, as mães solteiras, os velhos – não é paternalista, não subestimando a capacidade de cada indivíduo defender seus próprios direitos de cidadania, nem sua capacidade de trabalhar, desde que se lhe ofereçam os devidos incentivos e oportunidades (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 17 apud MEDEIROS, 2010, p. 57).

Mais recentemente, as ONGs vem passando por crises financeiras, levadas a cabo por algumas decisões políticas da gestão presidencial de Dilma Rousseff que tem arrojado os custos da máquina pública e cortado convênios com ONGs depois de denúncias de corrupção envolvendo Ministérios e Ministros de sua administração pública com entidades públicas sem fins lucrativos.

Importante observar que existem críticas sobre as ONGs que versam sobre o fato de a sociedade civil tomar para si responsabilidades inerentes ao Estado e que o estímulo a entidades públicas sem fins lucrativos se dá na direção da desmobilização de movimentos sociais populares e de sua força de pressão sobre o Estado, o que tornaria conveniente para os governos a relação Estado-Terceiro Setor, uma vez que agora trabalhariam como parceiras, não mais em campos de oposição.

## **ONGs LGBTs: UM OLHAR SOBRE SUAS CARACTERÍSTICAS, DESAFIOS E CONQUISTAS**

No caso de Organização Não Governamentais que trabalham com o público de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (e em geral é formado por LGBTs) encontramos especificidades que não reconhecemos em ONGs de outras áreas de atuação. Neste sentido, vale ponderar os vários pontos, críticas, argumentos e análises que recaem sobre elas.

As ONGs LGBTs emergem da política neoliberal vigente na redemocratização de nosso país, através das reformas implantadas pelo ex-Presidente da República FHC. Tal sistema desresponsabiliza o Estado, entregando tal responsabilidade à sociedade civil fundamentado numa falsa democracia, pois o que ele chama de participação, algumas pessoas veem como omissão. Deste modo, assim como outros movimentos populares foram se institucionalizando, o mesmo ocorreu aos grupos de militância LGBT, a exemplo do Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Somos de SP.

Os movimentos políticos e grupos surgem, no Brasil, na década de 70, em meio à ditadura militar e a pulsação do chamado moderno feminismo e Movimento negro. A tensão política que aqui se instalou nesse período fez emergir novas iniciativas populares que fortaleceram as lutas da esquerda e, nessa direção, o Movimento LGBT começa a se expressar.

A década de 80 se mostraria um divisor de águas para o Movimento LGBT com a eclosão do vírus HIV/Aids. Tal epidemia se tornaria o principal desafio dos grupos organizados LGBT que, além de ter seus quadros e lideranças infectados, sofreram forte repulsa social em função da “Peste Gay”. No entanto, o que poderia ter sido o fim da militância política LGBT, foi o resurgimento de uma nova forma de atuar e lutar contra as injustiças sociais. A parceria realizada com o Estado para o combate à infecção do HIV/Aids fortaleceu o Movimento LGBT, através de financiamento de projetos e da criação da categoria social LGBT como foco de políticas públicas dos governos (federal, estadual e municipal).

A partir dos anos 1990, podemos identificar a crescente aproximação dos grupos e associações homossexuais com o modelo ideal das organizações não-governamentais (ONGs), com a criação de estruturas formais de organização interna e preocupações com a elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos, bem como com a formação de quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais. Esse novo formato sedimentou-se, em boa parte, por meio da experiência das ONGs-

Aids, nas quais atuaram muitos militantes vindos do período anterior, bem como outros recrutados nesse momento. Grupos e associações ganham acesso a recursos e infraestrutura, mas a demanda pelos financiamentos governamentais e internacionais passou a produzir também um ambiente bastante competitivo, em que as disputas se exercitam não apenas nos fóruns da militância, mas nos grupos e listas de discussão da internet, cada vez mais numerosos (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 61 e 62).

As tensões não se dão apenas no âmbito da competição por financiamento de seus projetos, mas vão além e chegam no campo da identidade. Os últimos anos têm mostrado que o Movimento LGBT têm se fragmentado a partir de identidades sexuais e de recortes sociais de outros gêneros como pais e mães LGBTs, judeus LGBTs, universitários LGBTs, etc.

Existiam, em 2007, sete redes nacionais de organizações ativistas homossexuais no Brasil: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), fundada em 1995; Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), criada em 2000; Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), criada em 2003; Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), criada em 2004; Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) e Rede Afro-LGBT, criadas em 2005 (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 17 e 18)

Após a escrita deste livro, datado de 2009, houveram fundações de grupos nacionais como a ABRAGAY – Associação Brasileira de Gays, ARTGAY – Articulação Brasileira de Gays e até o fechamento deste artigo<sup>4</sup> estava marcado para o dia 30 de Junho de 2012 a fundação da ABHT – Associação Brasileira de Homens Trans, demonstrando assim um novo momento do Movimento LGBT brasileiro. De todo modo, reconhecemos que tal Movimento é complexo, multifacetado, plural, rico, diverso e assim o são as ONGs LGBTs.

Tais organizações desenvolvem ações diversas: atendimento individual com psicólogos, assistentes sociais e advogados, aos moldes de Centros de Referência, panfletagens conscientizadoras, palestras e cursos em escolas, faculdades, postos de saúde e várias instâncias e setores governamentais e não-governamentais. Organizam eventos, políticos ou culturais. Arrecadam alimentos para doação, participam ativamente de instrumentos públicos de controle social como Conselhos, Fóruns e monitoramentos diversos de políticas, além de deliberar nos espaços de decisão coletiva

---

<sup>4</sup> Desenvolvido entre os meses de Maio e Junho de 2012.

como Conferências ou Grupos de Trabalho. Manifestações de várias ordens como beijaços, Paradas do Orgulho LGBT, Miss Gay, marchas, etc. Outros desenvolvem ações de prevenção contra o vírus HIV/Aids ou encaminham pessoas infectadas para órgãos específicos. Denunciam discriminações por orientação sexual e identidade de gênero aos órgãos cabíveis. Acompanham casos de crimes contra LGBTs em localidade. Constroem ações em parceria com os governos locais e Instituições de Ensino Superior, como faculdades e universidades. Desenvolvem campanhas em diferentes suportes. Discutem questões do Movimento e das ONGs nas listas de e-mails e, mais atualmente, nas redes sociais com um alto contingente de pessoas cadastradas como o Facebook, o Twitter e o Orkut (FACCHINI, 2005).

As reivindicações do movimento LGBT têm ganhado maior visibilidade atualmente, a ponto de suscitar projetos de lei em todos os níveis do Legislativo, assim como a formação de Frentes Parlamentares em âmbito nacional e estadual. Suas estratégias se diversificaram de modo a incorporar a demanda por direitos através do judiciário, o esforço pelo controle social da formulação e implementação de políticas públicas, a produção de conhecimento em âmbito acadêmico, a formação de igrejas para homossexuais, setoriais em partidos políticos e, não menos importante, a construção de alternativas de política lúdica, como as próprias paradas e a organização de saraus, festivais e mostras de arte, assim como a apropriação de manifestações já bem mais antigas na chamada “comunidade”, como concursos de Miss Gay ou Miss Trans (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 18).

Nessa direção, nossos estudos apontam para a complexidade formada pelo conjunto de organismos que compõem o chamado Terceiro Setor, sobretudo com foco de atuação com a população LGBT. Ao mesmo tempo em que trabalham como parceiras do Estado, através de projetos financiados, apresentam tensões resultantes de insatisfações de várias ordens, inclusive identitárias.

É sabido que as ONGs possuem um modelo empresarial de gerenciamento, o que tem forçado e exigido de militantes e ativistas formação e atuação baseados nos princípios de eficiência, eficácia e competitividade que entram em conflito com o caráter coletivo, informal, livre e aberto dos movimentos sociais populares, além da insegurança que surge nos momentos em que a necessidade de pressionar o Estado se faz presente. A busca por financiamento de projetos, num campo em que competem várias ONGs, também pode ser um fator que pode vir a resultar num significativo enfraquecimento do Movimento LGBT. Essas questões trazem à tona alguns dos

desafios, entre tantos outros, que o Movimento Homossexual Brasileiro precisa enfrentar para fortalecer sua luta, garantir (e conquistar) direitos ainda negados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Discutimos as definições de ONGs e terceiro setor embasados em alguns autores estudiosos do tema, fizemos um breve levantamento da trajetória histórica da formação de ONGs no Brasil e trouxemos as especificidades do Movimento LGBT, composto fortemente por ONGs, para além de outras formas de organização (setoriais partidários, núcleos acadêmicos, etc.).

As ONGs atualmente enfrentam problemas de ordem financeira como foi exposto aqui, o que tem levado a algumas fecharem suas iniciativas públicas. O fato é que as Organizações Não-Governamentais revelam alguns desafios de manutenção como a captação de recursos e a burocratização de seus processos, o que tem exigido a presença de profissionais qualificados para dar conta de suas demandas de funcionamento. Isso tem gerado contradições na medida em que as origens das ONGs são os movimentos sociais populares que em sua lógica combativa vai de encontro às práticas hegemônicas pensadas pelas teorias administrativas (que em geral foram teorizadas por capitalistas que visavam elaborar técnicas científicas de gestão, podendo ser citados autores como Taylor, Fayol, Ford e outros clássicos da administração).

Enquanto a iniciativa dos movimentos sociais se dá na perspectiva da tensão com o Estado, a relação das ONGs é de parceria e de dependência, o que termina por limitar o caráter revolucionário, tornando-as organismos que desempenham funções complementares às ações do Estado que possui enormes dívidas sociais para com a população: uma das críticas é o de que o dinheiro empregado para essas organizações poderia ser utilizado em ações e projetos sociais realizados pelo próprio Estado, enquanto deveres as quais ele tem de prover à sociedade. No entanto, é válido também, considerar o papel destas organizações como garantidoras do direito e da cidadania, pois muitas vezes, as ONGs mediam a relação governo – sociedade civil, encaminhando sujeitos à organismos governamentais e estatais, diminuindo, assim, a distância que há entre esses agentes. As ONGs também desempenham funções de controle social, sugerindo e avaliando as políticas públicas implementadas no âmbito do Poder Executivo municipal, estadual e federal.



Neste sentido, é importante reconhecermos o papel das ONGs e seu trabalho pela recuperação de vidas (no caso de crianças de rua ou pessoas viciadas em drogas, por exemplo) ou suas ações em periferias onde as carências são exorbitantes. As ONGs LGBT, por exemplo, tem desempenhado um papel importantíssimo para a conquista de direitos e na denúncia da violência homofóbica a que seu público-alvo está sujeito, e para isso tem se valido de manifestações e participação nos espaços públicos de decisão de políticas públicas como as Conferências, Fóruns, Seminários, entre outros.

Embora não seja o Estado em si, é o Estado de maneira indireta investindo no campo social e fazendo a diferença para muitas pessoas, como beneficiários de projetos de educação popular ou ouvintes de projetos musicais gratuitos oferecidos por ONGs, por exemplo. Além disso, as ONGs podem ser fundadas com um investimento de capital bem abaixo do que uma empresa comercial, por exemplo, resultando em maiores acessos por parte do cidadão comum em fundar uma organização e dar início a trabalhos sociais que possam mudar a realidade comunitária a qual está inserido, dependendo do tipo e do alcance do projeto executado pela ONG. A ONG também é a sociedade civil organizada e isso representa avanços e conquistas na nossa sociedade apaticamente despolitizada.

O que não se deve perder de vista é que as ONGs devem servir para complementar a ação do Estado, protagonizar iniciativas, mobilizar a população, sem lhes tirar a responsabilidade estatal, uma vez que é dever do Estado garantir o direito dos/as cidadãos/ãs.

## **REFERÊNCIAS**

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Ed. 34, 1998 citado por MEDEIROS, Silvana. **A responsabilidade sócio-ambiental das empresas: uma mudança de valores na política, economia, ciência e educação**. João Pessoa: Idéia, 2010.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. São Paulo: Saraiva, 2007.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, Vozes, 2000.

MEDEIROS, Silvana. **A responsabilidade sócio-ambiental das empresas: uma mudança de valores na política, economia, ciência e educação**. João Pessoa: Idéia, 2010.

RESENDE, Tomáz de Aquino. **Terceiro Setor, ONGs e Institutos.** In: <http://www.fundata.org.br/Artigos%20-%20Cefeis/12%20-%20TERCEIRO%20SETOR,%20ongs.pdf>. Acesso em: 01/12/2011.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMÕES, Júlio Assis. FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.